

Inconsciente coletivo e constelação familiar: o que Jung sabia antes de Hellinger

Collective unconscious and family constellation: what Jung knew before Hellinger

Gilmara Fabiana da Silva Carneiro

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2023

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a hipótese de que o conceito junguiano de inconsciente coletivo antecipa, em sua estrutura lógica, a noção de inconsciente familiar que sustenta a prática das constelações familiares de Bert Hellinger. Reconstituem-se os termos em que Jung distinguiu o inconsciente pessoal do inconsciente coletivo e definiu o arquétipo como forma vazia herdada, e não como imagem transmitida; em seguida, confrontam-se essas formulações com as proposições hellingerianas de ordens do amor, consciência sistêmica e emaranhamento. O cotejo é conduzido em quatro eixos — estrato suprapessoal da psique, unidade de transmissão, mecanismo de retorno do excluído e via de cura. Argumenta-se que a convergência entre os dois autores é real, porém assimétrica: ambos postulam determinações psíquicas que excedem a biografia do sujeito, mas Jung opera no registro da espécie e da forma, ao passo que Hellinger opera no registro da linhagem e do conteúdo factual. Conclui-se que a leitura corrente das constelações familiares como aplicação da psicologia analítica é imprecisa e que a filiação mais consistente do dispositivo hellingeriano está na tradição transgeracional da terapia sistêmica. Sustenta-se, por fim, que o valor clínico do encontro entre os dois campos depende de manter a distinção, e não de dissolvê-la.

Palavras-chave: inconsciente coletivo; arquétipos; psicologia analítica; constelação familiar; transmissão transgeracional.

ABSTRACT

This article examines the hypothesis that Jung's concept of the collective unconscious anticipates, in its logical structure, the notion of a family unconscious underlying Bert Hellinger's family constellations. The terms in which Jung distinguished the personal from the collective unconscious, and defined the archetype as an inherited empty form rather than a transmitted image, are first reconstituted; these formulations are then confronted with the Hellingerian propositions of orders of love, systemic conscience and entanglement. The comparison proceeds along four axes: the suprapersonal stratum of the psyche, the unit of transmission, the mechanism by which the excluded returns, and the route to cure. It is argued that convergence between the two authors is real but asymmetrical: both posit psychic determinations exceeding the subject's biography, yet Jung operates in the register of species and form, whereas Hellinger operates in the register of lineage and factual content. The common reading of family constellations as an application of analytical psychology is therefore imprecise, and the more consistent affiliation of Hellinger's device lies in the transgenerational tradition of systemic therapy. The clinical value of this encounter depends on preserving the distinction rather than dissolving it.

Keywords: collective unconscious; archetypes; analytical psychology; family constellation; transgenerational transmission.

1 Introdução

A difusão das constelações familiares no Brasil veio acompanhada de uma filiação teórica enunciada com frequência e examinada com pouca frequência: a de que o dispositivo criado por Bert Hellinger seria uma aplicação clínica do inconsciente coletivo junguiano. A proximida-

de é sugestiva. Jung e Hellinger partilham a recusa de explicar o sofrimento psíquico apenas pela biografia do paciente e postulam, cada um a seu modo, instâncias psíquicas que precedem o indivíduo e o determinam sem seu conhecimento. Ambos trabalham com imagens, com repetição e com a noção de que aquilo que não é reconhecido retorna sob forma sintomática.

A proximidade, contudo, não estabelece continuidade. Uma afirmação de filiação exige demonstrar que o conceito posterior opera sobre o mesmo objeto que o anterior, e não apenas que ambos se opõem ao mesmo adversário. Este artigo sustenta que a filiação corrente é imprecisa e que sua imprecisão tem consequências clínicas: ela autoriza transposições de vocabulário que obscurecem o que cada dispositivo efetivamente faz.

O percurso proposto é comparativo. Reconstituem-se primeiro os termos em que Jung formulou o inconsciente coletivo, com atenção particular à definição de arquétipo como forma e não como conteúdo — distinção que o próprio Jung precisou reiterar contra leituras lamarckistas de sua obra. Examina-se em seguida o que Hellinger descreve como inconsciente familiar, consciência sistêmica e ordens do amor. O cotejo final organiza-se em quatro eixos e conclui por uma convergência assimétrica: real quanto à posição que os dois conceitos ocupam nas respectivas teorias, divergente quanto à natureza do que transmitem.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus primário reúne os textos em que cada conceito recebe formulação sistemática: de Jung, *Tipos psicológicos* (1921), *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (1934-1954) e *O homem e seus símbolos* (1964); de Hellinger, *Ordens do amor* e *A simetria oculta do amor*. O corpus secundário compreende obras de comentário e sistematização da psicologia analítica — Hillman, Stevens, von Franz, Hall e Lindzey, Campbell — e trabalhos da tradição transgeracional em terapia familiar que precedem Hellinger e com os quais seu dispositivo mantém relação mais direta do que com Jung.

O critério de inclusão foi a presença de formulação conceitual explícita sobre transmissão psíquica suprapessoal, excluídos textos de divulgação e material de formação em constelações sem elaboração teórica. O procedimento comparativo consistiu em isolar, para cada autor, quatro operadores — o estrato suprapessoal postulado, a unidade

de transmissão, o mecanismo de retorno do excluído e a via de resolução terapêutica — e confrontá-los termo a termo, registrando onde a correspondência se sustenta e onde se rompe.

3 O inconsciente coletivo: estrato, forma e herança

3.1 A distinção em relação ao inconsciente pessoal

A contribuição decisiva de Jung à teoria do inconsciente consiste em desdobrá-lo em dois estratos de origem distinta. O inconsciente pessoal reúne conteúdos que já pertenceram à consciência e dela foram afastados por repressão, ou que nunca atingiram intensidade suficiente para serem percebidos: lembranças, afetos, desejos cuja matéria provém integralmente da biografia do sujeito. Esse estrato é, em linhas gerais, o inconsciente que Freud (1996) descreveu, e Jung não o contesta.

O inconsciente coletivo é de outra ordem. Não é formado por aquisição individual, não varia de pessoa para pessoa e não pode ser reconstituído por anamnese, porque nada nele foi outrora consciente. Jung (2000) o define como estrato herdado, idêntico em todos os indivíduos, que constitui a base psíquica comum da espécie — comparável, na analogia que ele próprio emprega, à estrutura do corpo humano, que também não se aprende. A distinção não é de grau de profundidade, mas de origem: um estrato é adquirido e singular, o outro é inato e universal (STEVENS, 1994).

Essa diferença de origem comanda uma diferença de acesso. Os conteúdos do inconsciente pessoal podem ser recuperados; os do inconsciente coletivo só se apresentam indiretamente, por meio de imagens que a consciência produz quando confrontada a situações típicas da existência — nascimento, perda, escolha de parceiro, enfrentamento da morte. Daí o estatuto privilegiado que Jung (1977) atribui ao sonho, ao mito e ao sintoma como vias de manifestação.

3.2 O arquétipo como forma vazia

A definição do arquétipo é o ponto em que a maior parte das transposições apressadas se desfaz. Jung (2000) é explícito: o arquétipo não é uma imagem herdada, mas uma disposição formal para produzir imagens — um esquema sem conteúdo próprio, que se preenche com o material fornecido pela cultura e pela biografia de cada sujeito. O que se herda é a possibilidade de representar, não a representação. A distinção entre arquétipo e imagem arquetípica

ca, consolidada pelos comentadores posteriores (HALL; LINDZEY, 2000), decorre exatamente dessa precaução.

A consequência é importante para o problema aqui tratado. Se o arquétipo é forma, ele não transporta informação sobre acontecimentos. Nenhum episódio da história de uma família pode ser transmitido por via arquetípica, porque o arquétipo não tem capacidade de armazenamento factual. Ele predispõe a configurar a experiência de pai, de mãe, de criança ou de morte segundo certos padrões; não informa quem foi o pai, nem o que ele fez.

O arquétipo tampouco é benigno por definição. Jung (1991) o descreve como ambivalente e numinoso: sua ativação mobiliza energia considerável e pode tanto orientar quanto invadir a consciência. A sombra — conjunto dos aspectos da personalidade que o eu recusa reconhecer como seus — é o exemplo paradigmático. Ela reúne o que é moralmente inaceitável para a autoimagem e também potencialidades legítimas que a adaptação social deixou incultivadas, e seu destino habitual é a projeção sobre outrem. A integração da sombra constitui, por isso, etapa incontornável do processo de individuação, entendido como realização da totalidade psíquica pela articulação entre consciência e inconsciente (JUNG, 1975).

3.3 Mito, cultura e a questão do campo

Mitos, contos e narrativas religiosas interessam a Jung na medida em que exibem, em escala cultural, o mesmo repertório de configurações que o sonho individual apresenta. A recorrência da jornada do herói em tradições sem contato histórico documentado (CAMPBELL, 2007) e a estabilidade das estruturas narrativas dos contos populares (VON FRANZ, 1990) são tomadas como indício de que a produção de imagens obedece a constrangimentos comuns à espécie. Hillman (1997) radicaliza esse ponto ao sustentar que os arquétipos não descrevem conteúdos psíquicos, mas perspectivas pelas quais a alma se apresenta.

Resta a questão do suporte dessa herança, que Jung deixou em aberto e que seus leitores tentaram preencher. A hipótese dos campos mórficos (SHELDRAKE, 1981), segundo a qual formas e hábitos se estabilizam por ressonância e não apenas por codificação genética, foi largamente mobilizada nesse vazio — inclusive por constelacionistas, que nela buscam explicação para o fenômeno dos representantes. Convém registrar que se trata de hipótese sem sustentação na biologia estabelecida e, sobretudo, que ela não pertence ao argumento junguiano: Jung anco-

rou o inconsciente coletivo na herança biológica da espécie, não em um campo informacional externo.

4 O inconsciente familiar: linhagem, ordem e emaranhamento

4.1 A unidade de análise é o sistema

Hellinger (2001) não parte da psique individual, mas do grupo familiar tomado como totalidade dotada de regulação própria. O sofrimento que um sujeito apresenta é lido como efeito de um desequilíbrio no sistema a que pertence, e não como expressão de sua história interna. A consciência sistêmica — distinta da consciência moral individual — opera segundo um critério único: a preservação do grupo. Ela não busca o bem-estar de quem a carrega; busca a restituição de uma ordem.

Três princípios regulam esse funcionamento. O primeiro é o pertencimento: todo membro do sistema tem direito a um lugar nele, independentemente de sua conduta ou de seu destino, e qualquer exclusão produz um déficit que o sistema tentará compensar. O segundo é a hierarquia temporal: quem chegou antes precede quem chegou depois, e a inversão dessa ordem — um filho que assume a função parental, por exemplo — gera sobrecarga. O terceiro é o equilíbrio entre dar e receber, que vale plenamente entre pares e apenas de modo assimétrico na relação entre gerações, na qual os pais dão a vida e aos filhos cabe transmiti-la adiante (HELLINGER, 2007).

4.2 O emaranhamento

O conceito operatório central é o de emaranhamento. Quando um membro é excluído do sistema — por morte precoce não reconhecida, por interrupção de gravidez não inscrita, por crime, por adoecimento mental, por rompimento conjugal apagado da narrativa familiar —, um descendente tende a assumir inconscientemente seu lugar, repetindo-lhe o destino sem ter dele conhecimento. O sintoma deixa de ser próprio: é lealdade a quem não foi incluído.

Hellinger descreve esse mecanismo como representação cega, na qual o descendente vive a vida de outro acreditando viver a sua. A repetição não resulta de identificação com uma figura conhecida, nem de transmissão por discurso ou por imitação; segundo Hellinger, opera mesmo quando o acontecimento é ignorado por todos. É precisamente esse ponto — a transmissão de um conteúdo factual sem veículo discursivo identificável — que constitui a

proposição mais forte e mais frágil do edifício hellingeriano.

Cabe registrar que a intuição não é original. A noção de lealdade invisível, formulada por Boszormenyi-Nagy e Spark (1973), já descrevia obrigações éticas inconscientes transmitidas entre gerações e organizadas em um registro contábil familiar de débitos e méritos. Schützenberger (1997) documentou, por sua vez, repetições de datas, idades e configurações de perda ao longo de linhagens, atri-

buindo-as a segredos e lutos não elaborados. A filiação de Hellinger a essa tradição é mais direta, e teoricamente mais defensável, do que sua filiação a Jung.

5 Cotejo: quatro eixos de comparação

O confronto termo a termo permite localizar com precisão onde os dois sistemas se encontram e onde se separam.

EIXO	JUNG	HELLINGER	ALCANCE DA CONVERGÊNCIA
Estrato suprapessoal	Inconsciente coletivo: camada inata idêntica em toda a espécie	Consciência sistêmica: regulação própria do grupo familiar	Alta quanto à posição teórica; ambos recusam a biografia como explicação suficiente
Unidade de transmissão	Arquétipo: forma vazia, sem conteúdo factual	Destino do excluído: acontecimento singular e datado	Nula. Forma herdada e fato transmitido são objetos incomensuráveis
Retorno do excluído	Sombra: projeção sobre outrem do que o eu recusa em si	Emaranhamento: ocupação do lugar de quem o sistema não incluiu	Parcial. A lógica do retorno é análoga; o que retorna, não
Via de resolução	Individuação: processo longo de integração consciente	Ordenamento: reconhecimento e assentimento em ato	Baixa. Divergem em temporalidade, em agente e em critério de êxito

Tabela 1 — Comparação entre os operadores fundamentais da psicologia analítica e da abordagem sistêmico-fenomenológica. A coluna de alcance registra o grau de correspondência sustentável entre os conceitos, não a validade de cada um em seu próprio campo.

5.1 Onde a convergência se sustenta

A correspondência é sólida em dois pontos. O primeiro é a posição que ambos os conceitos ocupam na economia das respectivas teorias: tanto o inconsciente coletivo quanto a consciência sistêmica funcionam como instância que destitui o eu de sua pretensão de ser origem de si. Em ambos os casos, o sujeito é efeito de determinações que não escolheu e às quais não tem acesso introspectivo direto.

O segundo ponto é a lógica do retorno. A sombra junguiana e o emaranhamento hellingeriano obedecem ao mesmo princípio formal: o que é recusado pela consciência não desaparece, mas retorna deslocado — projetado sobre outrem, no primeiro caso; vivido por um descendente, no segundo. Em ambos, o trabalho terapêutico consiste em restituir à representação aquilo que dela havia sido expulso, e em ambos a recusa do julgamento moral é condição do procedimento.

5.2 Onde a convergência se rompe

A ruptura ocorre no eixo decisivo, o da unidade de transmissão. Jung herda uma forma; Hellinger supõe transmitido um fato. Não há operação conceitual que converta um no outro: dizer que o destino de uma bisavó excluída é um arquétipo equivale a atribuir ao arquétipo uma função de

armazenamento que Jung lhe negou expressamente. O inconsciente coletivo pode explicar por que a figura da mãe morta organiza-se, em um sonho, segundo um padrão reconhecível em muitas culturas; não pode explicar por que esse sonho corresponde a uma morte efetivamente ocorrida em 1918.

Divergem também a extensão e a via terapêutica. O inconsciente coletivo é da espécie; a consciência sistêmica é de uma linhagem determinada — o universal e o particular não são escalas de um mesmo objeto. E a individuação é processo de anos, conduzido na transferência e medido pela ampliação da consciência, ao passo que o ordenamento sistêmico se produz em sessão, por um ato de reconhecimento e assentimento cujo efeito é atribuído ao próprio movimento, não à sua elaboração posterior. A diferença de temporalidade exprime diferença de concepção do que cura.

Resta registrar uma assimetria de estatuto epistemológico. A psicologia analítica dispõe de um século de elaboração conceitual, de instituições de formação e de literatura crítica, incluindo crítica interna consistente. As constelações familiares constituem dispositivo de eficácia relatada por praticantes e participantes, com corpo de evidência controlada escasso e com proposições — notadamente a do saber do representante sobre pessoas que desconhece — que permanecem sem explicação compatível com o co-

nhecimento estabelecido. Equiparar os dois campos sob a rubrica do inconsciente suprapessoal empresta ao segundo uma legitimidade que ele ainda não produziu por seus próprios meios.

6 Considerações finais

O exame comparativo permite três conclusões.

A primeira é que a tese de uma antecipação junguiana das constelações familiares se sustenta apenas em sentido restrito. Jung formulou, antes de Hellinger, a proposição de que o psiquismo individual é atravessado por determinações que não derivam da biografia — e nisso o título que a tradição atribui ao problema tem fundamento. Não formulou, porém, nada que equivalha à transmissão de conteúdos factuais ao longo de uma linhagem, que é a proposição própria de Hellinger. A antecipação é da forma do problema, não de sua solução.

A segunda é que a filiação teórica mais consistente das constelações familiares não está na psicologia analítica, mas na tradição transgeracional da terapia sistêmica, na qual as noções de lealdade invisível e de repetição de datas e destinos já haviam recebido elaboração e algum lastro observacional. Recolocar Hellinger nessa linhagem não diminui seu dispositivo; apenas o situa onde suas questões podem ser discutidas com os instrumentos adequados.

A terceira é de ordem clínica. A tentação de fundir os dois vocabulários produz uma linguagem em que arquétipo, campo, destino e lealdade se tornam intercambiáveis e nada designam com precisão. O custo recai sobre o paciente: uma leitura sistêmica apressada pode converter conflito intrapsíquico em herança ancestral e, com isso, desresponsabilizar o sujeito por aquilo que lhe cabe elaborar; uma leitura arquetípica apressada pode universalizar um acontecimento familiar concreto e esvaziá-lo de sua singularidade. Manter a distinção é, aqui, condição de rigor e de cuidado.

O encontro entre os dois campos permanece produtivo, mas por outra via que não a da fusão. Ambos sustentam que o sofrimento de um sujeito pode não lhe pertencer inteiramente, e ambos propõem que a cura passa pelo reconhecimento do que foi recusado. Essa convergência é suficiente para justificar o diálogo e insuficiente para autorizar a identificação. Delimitar o que cada conceito pode e não pode explicar é o trabalho que resta — menos vistoso do que a síntese, e mais útil a quem escuta.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. *Invisible loyalties: reciprocity in intergenerational family therapy*. New York: Harper & Row, 1973.
- CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.
- FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.
- HALL, C. S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. *Teorias da personalidade*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HELLINGER, B. *Ordens do amor: um guia para o trabalho com constelações familiares*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- HELLINGER, B. *A simetria oculta do amor: por que o amor faz os relacionamentos darem certo*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- HILLMAN, J. *O código do ser: uma busca do caráter e da vocação pessoal*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Obras completas, v. 6. Petrópolis: Vozes, 1991.
- JUNG, C. G. *Psicologia e alquimia*. Obras completas, v. 12. Petrópolis: Vozes, 1991.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHÜTZENBERGER, A. A. *Meus antepassados: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário*. São Paulo: Paulus, 1997.

SHELDRAKE, R. *A new science of life: the hypothesis of formative causation*. London: Blond & Briggs, 1981.

STEVENS, A. *Jung: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

VON FRANZ, M.-L. *A interpretação dos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 1990.

COMO CITAR

CARNEIRO, G. F. S. Inconsciente coletivo e constelação familiar: o que Jung sabia antes de Hellinger. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 1, n. 1, p. 33-39, 2023.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.